



ATLAS SIPA DE PATRIMÓNIO

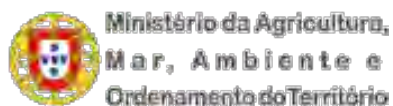
Linhas Defensivas de Torres Vedras

v1.0 | 2013

© 2013 Copyright IHRU, IP

Esta publicação deve ser citada da seguinte forma:

Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, *Atlas SIPA de Património – Linhas Defensivas de Torres Vedras*, Lisboa, IHRU, 2013 (versão 1.0).



FICHA TÉCNICA

Tipo de documento ATLAS DE PATRIMÓNIO

Identificador ATLAS 05

Título Atlas das Linhas Defensivas de Torres Vedras

Responsáveis

Autor Luis Correia Marques lcmarques@ihru.pt

Autor Teresa de Deus Ferreira tdferreira@ihru.pt

Coordenador João Vieira jsvieira@ihru.pt

Editor IHRU, IP ihru@ihru.pt

Versão 1.0

Estado Definitivo

Data de preparação 2013

Público/Destinatários Público em geral

Idioma Português

Formato imagens JPG

Descrição O tema “Atlas das Linhas Defensivas de Torres Vedras” pretende destacar as principais obras militares que integram as Linhas de Defesa de Lisboa durante as Invasões Francesas e que se encontram incluídas no procedimento de classificação lançado pela DGPC a 14 de janeiro de 2013.

Descritores Linhas defensivas; Linhas de Torres Vedras; Forte; Bateria, Reduto, Estrada Militar; Escarpamento

Relação documental

Tipo de relação	Documento relacionado
Documentada em	Linhas de Defesa de Lisboa durante as Invasões Francesas / Linhas de Torres Vedras
Documentada em	Bateria 1ª de Pombal / Bateria da Ponte do Rol I
Documentada em	Bateria 2ª da Serra do Galvão / Bateria dos Galvões
Documentada em	Bateria à barba do Picoto
Documentada em	Bateria da Cachada
Documentada em	Bateria da Oliveira
Documentada em	Bateria do Casal da Entrega / Forte do Policarpo
Documentada em	Bateria do Penedo
Documentada em	Bateria do Viso da Serra / Bateria do Vizo
Documentada em	Bateria dos Melros
Documentada em	Bateria Nova da Subserra
Documentada em	Castelo de Torres Vedras
Documentada em	Escarpamento de Picotinhos
Documentada em	Escarpamento de Ribas
Documentada em	Escarpamento de Serves
Documentada em	Estrada Militar de Ajuda - Bucelas
Documentada em	Estrada militar de Alrota
Documentada em	Estrada militar de Ribas
Documentada em	Estrada militar de Serves
Documentada em	Forte 1º da Calhandriz / Forte dos Brogados / Forte das Bragadas
Documentada em	Forte 1º da Prezinheira / Forte do Capitão
Documentada em	Forte 1º da Serra de Chipre / Forte do Telhadouro

Documentada em	Forte 1º da Subserra
Documentada em	Forte 1º de Montachique / Reduto da Achada 1
Documentada em	Forte 2º da Calhandriz / Forte do Cabeço / Forte Mato Cabeço / Forte de Santa Catarina
Documentada em	Forte 2º da Prezinheira / Forte da Presinheira
Documentada em	Forte 2º da Subserra / Forte dos Sacos
Documentada em	Forte 2º de Montachique / Reduto da Achada 2
Documentada em	Forte 3º da Calhandriz / Forte do Casalado / Forte do Cartaxo
Documentada em	Forte 3º da Serra de Chipre / Forte da Quinta da Boa Viagem
Documentada em	Forte 4º da Calhandriz / Forte das Calhandras
Documentada em	Forte da Alagoa
Documentada em	Forte da Calhandriz / Forte do Chão da Oliveira
Documentada em	Forte da Carvalha
Documentada em	Forte da Carvoeira
Documentada em	Forte da Casa / Reduto da Serra da Albueira
Documentada em	Forte da Coutada
Documentada em	Forte da Direita / Forte do Trinta
Documentada em	Forte da Esquerda / Forte do Simplício
Documentada em	Forte da Estacada / Forte do Landoeiras / Forte da Estrada
Documentada em	Forte da Frente / Forte do Machado
Documentada em	Forte da Malveira / Forte da Feira
Documentada em	Forte da Milhariça da Tapada Nacional de Mafra / Forte da Milhariça
Documentada em	Forte da Murgeira / Forte da Patarata
Documentada em	Forte da Portela / Forte da Freixeira / Forte da Portela da Freixeira

Documentada em	Forte da Portela Grande
Documentada em	Forte da Portela Pequeno
Documentada em	Forte da Quinta do Estrangeiro
Documentada em	Forte da Quintela Grande
Documentada em	Forte da Quintela Pequeno / Forte Pequeno de Quintela
Documentada em	Forte da Retaguarda / Forte do Alto dos Galhofos / Forte Novo
Documentada em	Forte da Ribeira Alva / Forte do Curral do Linho
Documentada em	Forte da Serra da Aguieira
Documentada em	Forte da Serra do Formoso
Documentada em	Forte da Vinha / Forte da Abrunheira
Documentada em	Forte das Casas Velhas / Forte do Zambujal
Documentada em	Forte de Os Dois Moinhos de Sarnadas / Reduto das Sarnadas
Documentada em	Forte de Penegache
Documentada em	Forte de Santa Maria
Documentada em	Forte de Santo António da Enxara dos Cavaleiros (Norte) / Forte Grande
Documentada em	Forte de São Julião da Ericeira
Documentada em	Forte de São Sebastião da Arruda / Forte do Cego / Forte do Casal do Cego
Documentada em	Forte de São Sebastião da Enxara dos Cavaleiros (Sul) / Forte Pequeno
Documentada em	Forte do Arpim / Forte da Serra de Arpim
Documentada em	Forte do Cabeço da Acheira / Forte do Alto do Cheira
Documentada em	Forte do Cabeço do Neto
Documentada em	Forte do Canto do Muro da Tapada Nacional de Mafra / Forte do Valério / Forte do Canto do Muro da Tapada

Documentada em	Forte do Carrascal
Documentada em	Forte do Casal da Pedra
Documentada em	Forte do Casal da Serra
Documentada em	Forte do Grilo
Documentada em	Forte do Juncal na Tapada Nacional de Mafra / Forte do Juncal
Documentada em	Forte do Matoutinho
Documentada em	Forte do Mogo
Documentada em	Forte do Moinho / Reduto do Moinho
Documentada em	Forte do Moinho Branco / Forte dos Sinais / Forte de Maria Joana
Documentada em	Forte do Moinho da Boca da Lapa / Forte do Moinho Velho
Documentada em	Forte do Moinho do Céu
Documentada em	Forte do Monte Agraço (Obra Grande) / Forte do Alqueidão / Grande Reduto do Sobral / Forte Grande da Serra
Documentada em	Forte do Mosqueiro / Reduto do Mosqueiro
Documentada em	Forte do Outeiro da Quinta da Atraca / Forte do Permouro
Documentada em	Forte do Outeiro do Lobo / Forte do Moinho do Carambola / Forte do Moinho
Documentada em	Forte do Outeiro do Vale / Reduto de Montachique
Documentada em	Forte do Passo
Documentada em	Forte do Picoto
Documentada em	Forte do Picoto / Reduto do Quadrado
Documentada em	Forte do Pinhal do Fidalgo / Forte da Quinta do Fidalgo
Documentada em	Forte do Pombal
Documentada em	Forte do Samoco / Forte do Meio

Documentada em	Forte do Sonível na Tapada Nacional de Mafra / Forte do Sonível
Documentada em	Forte do Tojal / Bateria da Espadarinha
Documentada em	Forte dos Olheiros / Reduto do Canudo
Documentada em	Forte e Capela de São Vicente / Obra Grande de São Vicente
Documentada em	Forte Grande da Senhora da Ajuda / Reduto da Ajuda Grande
Documentada em	Forte Novo da Costa da Freira / Forte de Francisca Louro
Documentada em	Forte Novo da Serra do Formoso
Documentada em	Forte Novo do Cabo da Serra da Albueira / Forte do Cabo / Forte da Arroiteia
Documentada em	Forte Pequeno da Senhora da Ajuda / Reduto da Ajuda Pequeno
Documentada em	Forte Reentrante da Serra de Albueira / Forte da Rua Nova / Forte da Quintela Reentrante
Documentada em	Monumento a Hércules / Monumento aos Defensores das Linhas de Torres Vedras / Forte da Boa Vista
Documentada em	Reduto da Alquiteira
Documentada em	Reduto da Bececaria / Forte de Bececarias
Documentada em	Reduto da Carrasqueira / Forte do Cabrito
Documentada em	Reduto da Carregueira / Forte da Galpeira
Documentada em	Reduto da Cruz do Varatojo / Bateria da Cruz
Documentada em	Reduto da Feiteira / Reduto da Boa Vista
Documentada em	Reduto da Foz do Rio Sizandro
Documentada em	Reduto da Milharosa
Documentada em	Reduto da Ordasqueira / Reduto do Sarge
Documentada em	Reduto da Patameira
Documentada em	Reduto da Portela da Ribaldeira / Forte da Ribaldeira

Documentada em	Reduto das Gentias
Documentada em	Reduto de Belmonte
Documentada em	Reduto de Catefica / Reduto do Moinho de Catefica
Documentada em	Reduto de Mouguelas
Documentada em	Reduto de Palheiros
Documentada em	Reduto de Pedrulhos / Reduto do Pelicano
Documentada em	Reduto do Bonabal
Documentada em	Reduto do Formigal
Documentada em	Reduto do Freixal Alto / Reduto de Ribas
Documentada em	Reduto do Furadouro / Forte da Archeira
Documentada em	Reduto do Outeiro da Forca / Forte da Forca
Documentada em	Reduto do Outeiro da França / Reduto do Casal da Serra
Documentada em	Reduto do Outeiro da Prata
Documentada em	Reduto do Outeiro do Monte
Documentada em	Reduto do Passo / Forte do Paço
Documentada em	Reduto Novo da Ordasqueira

Copyright As versões dos registos e documentos integrantes do SIPA disponibilizadas no sítio www.monumentos.pt podem ser publicamente utilizadas nos termos e condições estabelecidos pela licença pública [Creative Commons : CC BY-NC-ND-3.0](#).

Comunicabilidade Acesso livre em linha

**Data de transmissão/
publicação** 2013-09-03

**Local/endereço de transmissão/
publicação** www.monumentos.pt

Atlas das 1.^a e 2.^a Linhas de Defesa a Norte de Lisboa durante a Guerra Peninsular

1. Introdução

Este atlas surge no seguimento da abertura do procedimento de classificação das 1.^a e 2.^a Linhas de Defesa a Norte de Lisboa durante a Guerra Peninsular, pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), em janeiro de 2013. Estas linhas de defesa, também conhecidas como Linhas de Torres Vedras, foram edificadas no contexto das Invasões Francesas e integram um total de 152 obras de fortificação.

2. Visualização de informação geográfica

A informação sobre as Linhas de Torres Vedras foi obtida a partir de uma extração de elementos da base de dados SQL do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA), posteriormente tratada em *software* SIG (Sistemas de Informação Geográfica) para a visualização gráfica das coordenadas obtidas (no sistema de referência World Geodésic System — WGS84).

Como cartografia de base, optou-se por representar:

1 — Os limites dos concelhos da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), disponibilizados pela Direção-Geral do Território (DGT);

2 — O *Web Map Service* com o tema de informação geográfica dos Ortofotomapas, disponibilizado pela DGT;

3 — A hipsometria, com base no Atlas do Ambiente da Agência Portuguesa do Ambiente (apenas para a carta número 6 — *Altitude*).

Para a realização do *Atlas SIPA de Património — Linhas Defensivas de Torres Vedras*, produziram-se nove mapas temáticos — Proposta de Classificação, Proteção, Linha Defensiva, Distritos de Origem, Tipologia, Altitude, Posto de Sinais, Guarnição, Peças de Artilharia —, atribuindo a cada obra militar (ponto ou linha no mapa) uma legenda com base na cor preestabelecida de acordo com cada campo da base de dados SIPA.

3. Ficheiro no formato Adobe Acrobat 9.0 (PDF)

A conversão para o formato Adobe Acrobat (PDF, versão 9.0 ou superior) permite a visualização de diversos mapas temáticos com a associação de dados alfanuméricos e espaciais, sem qualquer tipo de custos para o utilizador. Para obter o *software* bastará fazer o *download* através do URL: <http://www.adobe.com/downloads/> e instalar no computador, seguindo os procedimentos indicados pelo produtor.

Para visualizar as diferentes páginas do atlas, poderá utilizar o cursor, o *scroll* do rato, ou selecionar as páginas pretendidas, função disponível no menu *pages* situado na barra lateral esquerda do *software*. Nesta barra estão ainda disponíveis menus que permitem visualizar as camadas da informação geográfica (*Layers*), a estrutura de dados SIPA (*Model Tree*), entre outras funções deste *software*.

Para aceder à informação SIPA associada, no Acrobat Reader, deverá (consoante a versão) abrir o menu *tools* ou *edit* (função *analysis*) e colocar um *checkmark* nas ferramentas: *Object Data Tool* e/ou *Geospatial Location Tool*. Com este procedimento, possibilitará a utilização de duas funções:

1 — *Object Data Tool*: permite selecionar uma obra militar (ponto ou linha) representado no mapa e obter a informação alfanumérica associada do lado esquerdo do ecrã;

2 — *Geospatial Location Tool*: permite, através de uma “mira”, obter as coordenadas da latitude e da longitude no canto inferior direito do ecrã.

4. Análise histórica

4.1. Contexto

Nos finais do século XVIII, França e Inglaterra encontravam-se em conflito pelo domínio do poder político internacional, tendo como aliados, respetivamente, Espanha e Portugal.

Em 1799, Napoleão Bonaparte ascende ao poder em França. A 21 de novembro de 1806, a França, na sequência da sua derrota frente aos ingleses na Batalha de Trafalgar, decreta o Bloqueio Continental, diretiva que visava atingir a economia britânica impedindo as mercadorias que vinham das colónias inglesas, nomeadamente dos Estados Unidos, de entrar em território europeu.

Portugal recusou-se a aderir ao bloqueio devido à aliança multissecular com a Inglaterra e também porque, estando a sua economia dependente do tráfico marítimo, não poderia entrar em conflito com a maior potência marítima da época. O desrespeito pelo bloqueio levou a França a agir militarmente.

Em outubro de 1807, França e Espanha assinam o Tratado de Fontainebleau, o qual previa a invasão e a subsequente divisão do território português em três reinos. A 17 de novembro desse ano as tropas francesas, comandadas pelo general Jean-Andoche Junot, entram em Portugal, pela Beira Baixa, forçando a diplomacia portuguesa a solicitar o apoio de Inglaterra. A 29 de novembro, a família real portuguesa abandona o país partindo para o Brasil. No dia seguinte, as tropas francesas entram em Lisboa. Em agosto de 1808, as tropas luso-britânicas, comandadas pelo general inglês Arthur Wellesley, vencem os franceses nas batalhas da Roliça e do Vimeiro, forçando a rendição de Junot.

A 6 de março de 1809, as tropas francesas, comandadas pelo marechal Nicolas Jean de Dieu Soult, invadem, pela segunda vez, o território português, a partir de Chaves,

sendo de novo obrigadas a retirar pelo general Arthur Wellesley (que recebe, por esta vitória, o título de visconde de Wellington). Por esta altura, e por ordem de Wellington, é decidida a edificação de uma linha de defesa de Lisboa, para o caso de se verificarem novas invasões pelas tropas francesas. A 10 de abril de 1809, tem início a construção, em segredo, das primeiras fortificações em Torres Vedras, que irão integrar a primeira linha defensiva da capital.

A terceira invasão francesa do território português, sob o comando de Massena, tem início no dia 24 de julho de 1810, com a Batalha do Rio Côa, sendo a primeira ocasião em que o exército luso entra no conflito. A 27 de setembro, o exército anglo-português, comandado por Wellington, vence as tropas francesas na Batalha do Buçaco, retirando em seguida para as Linhas de Torres Vedras. A 14 de outubro os franceses atingem as Linhas de Torres, dois dias após a chegada das tropas luso-britânicas. Nesta data encontravam-se construídas 126 obras militares, tendo, até 1812, sido erguidas mais 26.

Perante a inexpugnabilidade desta linha defensiva, e após algumas escaramuças pontuais nas povoações vizinhas, a 14 de novembro começa a retirada do exército de Massena. A 10 de maio de 1811 dá-se a saída definitiva das tropas napoleónicas de Portugal, com a evacuação da guarnição francesa, que se encontrava em Almeida, sob o comando do general Brenier.

4.2. Caracterização das Linhas

A construção das Linhas de Torres antecede a terceira invasão napoleónica, que tinha por objetivo a captura da capital. Pensadas inicialmente como uma única linha, acabam por formar-se duas linhas principais, avançadas, a norte de Lisboa, uma terceira, em Oeiras, para proteção de uma eventual retirada das tropas britânicas, e mais duas linhas a sul de Lisboa, em Almada e em Setúbal.

Para além das obras fortificadas, o sistema defensivo implementado por Wellington propunha o aproveitamento da morfologia do terreno, pelo que se desenvolve uma série de ações de organização militar que consistiam em: construção de posições entrincheiradas, redutos, baterias, estradas militares e represamentos de rios; destruição de pontes e de estradas civis. Foi também promovida a chamada política da —tear queimada”, segundo a qual a população deveria destruir tudo o que pudesse ser útil ao inimigo no seu avanço no terreno. As colheitas, os terrenos agrícolas, os animais, os equipamentos e as ferramentas foram destruídos, escondidos ou levados pela população, que se recolheu sob a proteção das Linhas de Torres.

Na sua totalidade, as Linhas de Defesa a Norte de Lisboa eram constituídas por um conjunto de 152 obras de fortificação, numeradas pela data da sua construção, que se estendiam por cerca de 80 quilómetros. Quando concluídas, encontravam-se guarnecidas por 68 mil homens e comportavam mil peças de artilharia.

Apesar do secretismo em que foram sendo executadas, a edificação destas fortificações era bastante evidente na zona de Torres Vedras por decorrer muito próximo da povoação, razão pela qual estas passaram a ser designadas por Linhas de

Torres Vedras. No seu conjunto, pelo aproveitamento que fazem da topografia da zona, bem como de algumas construções preexistentes, as Linhas de Torres formam o mais eficiente sistema de fortificações semipermanentes da história da arquitetura militar, desenvolvendo em grande escala o princípio do campo entrincheirado.

4.3. Reabilitação das obras militares

Após a terceira invasão, e depois da expulsão definitiva das tropas francesas da Península Ibérica, em 1814, as várias obras militares das Linhas de Torres deixaram de ter utilização, ficando votadas ao abandono e à degradação física. Apenas o Forte do Juncal (obra n.º 77) manteve atividade militar até à atualidade.

Com a aproximação do bicentenário da construção das Linhas de Torres, comemorado em 2010, o antigo Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR) e os seis municípios que viriam a formar a Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres (PILT) — Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral do Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira — acordaram, em 2000, em desenvolver o Programa para a Salvaguarda, Recuperação e Valorização das Linhas de Torres Vedras. No entanto, devido à inexistência de fontes de financiamento, este programa não chegou a ser executado.

Em 2006, a antiga Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) assumiu a coordenação do projeto. Sob uma nova designação, Rota Histórica das Linhas Defensivas de Torres Vedras (RHLDTV), foi elaborada e apresentada, a 10 de maio desse ano, uma candidatura, promovida pelo Município de Torres Vedras, em representação dos restantes municípios, ao Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (MFEEE). Em 13 de dezembro de 2007 foi assinado o Contrato de Financiamento ao Abrigo do MFEEE, para o período 2007-2011, o qual contemplava a reabilitação de vários fortes e a realização de diversas atividades paralelas em comemoração da efeméride.

Até 2014, data em que finalizam as comemorações do duplo centenário das Invasões Francesas, continuarão a ocorrer várias atividades relacionadas com esse acontecimento, nomeadamente reconstituições históricas de batalhas, percursos pedestres e passeios utilizando as várias rotas implementadas para esse fim pelos seis municípios.

5. Cartografia

As obras militares analisadas neste atlas apresentam-se sob várias formas, dependendo do local onde foram construídas e do seu objetivo, e incluem: fortes, redutos e baterias, em alvenaria ou em terra; escarpamentos, que consistiam em movimentações de terras acentuando o declive natural do terreno; e estradas militares, em terra batida ou calcetadas, construídas com o objetivo de permitir a ligação entre os vários fortes. A disposição das várias obras de fortificação possibilitava o fogo cruzado, tendo as distâncias entre os vários fortes sido planificadas de acordo com os alcances da artilharia.

O presente estudo pretende identificar as características formais e funcionais das obras militares que integram o procedimento de classificação patrimonial das 1.^a e 2.^a Linhas de Defesa a Norte de Lisboa durante a Guerra Peninsular, em curso, procedendo-se ao mapeamento, em ambiente SIG, dos elementos apurados.

Foram alvo de estudo 128 obras militares, tendo sido feito, para cada uma delas, um resumo das suas principais características, que permitiu comparar vários elementos tipológicos, as suas dimensões em termos de guarnição e a sua função particular. Todos estes dados são consultáveis na base de dados IPA, no site www.monumentos.pt.

Na sequência deste estudo, foram elaboradas nove cartas a partir dos dados registados nos campos *Proteção, Descrição, Utilização Inicial, Cronologia, Tipologia e Características Particulares* dos registos da base de dados do SIPA:

CARTA n.º 1 – Proteção das estruturas construídas

Verificou-se, através deste estudo, que das 128 obras militares que fazem parte do procedimento de classificação das Linhas de Defesa a Norte de Lisboa durante a Guerra Peninsular apenas cinco, todas em Torres Vedras, se encontram atualmente classificadas: o Castelo de Torres Vedras, o Forte e Capela de São Vicente, ou Obra Grande de São Vicente (composto pelos redutos n.º 21, 22 e 23 e pela capela), e o Forte dos Olheiros ou Reduto do Canudo.

Entre as referidas 128 obras militares haverá algumas que se destacam individualmente, no entanto, é no seu conjunto e no modo como se inter-relacionavam em contexto bélico que atingem a relevância necessária para a atual proposta de classificação.

O Castelo de Torres Vedras foi classificado como Imóvel de Interesse Público em 1957. Este monumento, construído no século XIII, é incluído nas Linhas de Torres (identificado com o n.º 27) devido à sua implantação e às suas características defensivas, tendo sofrido nessa altura algumas adaptações. Durante as obras, coordenadas por Luís Máximo de Sousa Bellegarde, foi equipado com artilharia e a sua porta foi demolida.

Classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1967, pelas suas características e relevância no contexto das Linhas de Torres, o Forte e Capela de São Vicente, ou Obra Grande de São Vicente, em Torres Vedras, é composto por três obras militares: os redutos n.º 20, 21 e 22. De notar que do monumento faz também parte a Capela de São Vicente, cujas origens remontam ao século XIII.

O Forte dos Olheiros, ou Reduto do Canudo, obra n.º 23, também em Torres Vedras, está classificado desde 2009 como Imóvel de Interesse Público, para além de se encontrar abrangido pela Zona Especial de Proteção do Forte de São Vicente.

CARTA n.º 2 – Propostas de classificação

Conforme referido anteriormente, este atlas surge no seguimento da abertura do procedimento de classificação das 1.ª e 2.ª Linhas de Defesa a Norte de Lisboa durante a Guerra Peninsular, também conhecidas como Linhas de Torres, nos concelhos de Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira, do distrito de Lisboa, pelo anúncio n.º 12/2013, publicado no *Diário da República*, n.º 9, 2.ª série, de 14 de janeiro de 2013.

Nesta mesma data, a DGPC procedeu também ao arquivamento do procedimento de classificação das obras militares sitas nos concelhos de Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira, do distrito de Lisboa, iniciado por despacho de 15 de setembro de 2005, que englobava 46 das obras militares mais relevantes.

Embora a totalidade das obras militares construídas entre 1809 e 1814 ronde as 190 nas três primeiras linhas, não incluindo os fortes da 4.ª linha, em Almada, e os da 5.ª linha, em Setúbal, não constam todas da atual classificação por já não restarem, em alguns casos, quaisquer vestígios físicos no local. A atual proposta engloba, assim, 128 obras militares, distribuídas por fortes, redutos, baterias, estradas militares e escarpamentos, nas quais se encontram incluídas as 46 obras do procedimento arquivado.

Nesta carta tomou-se a opção de identificar as 128 obras incluídas na atual proposta de classificação, procurando-se, todavia, distinguir as 46 que constavam do procedimento arquivado por serem consideradas as mais relevantes.

CARTA n.º 3 – Linha defensiva

Arthur Wellesley delineou, inicialmente, uma linha defensiva da península de Lisboa, entre o rio Tejo e a costa atlântica, com um pequeno número de posições isoladas avançadas, que, mais tarde, por sugestão de um dos engenheiros britânicos, capitão John T. Jones, acabaram por constituir uma primeira linha avançada para proteção da linha principal, que corresponde à chamada segunda linha. A terceira linha, não tendo o mesmo cariz de defesa do território das duas primeiras, dispunha-se em torno da Fortaleza de São Julião da Barra, local costeiro a partir do qual poderia ser feita a evacuação do exército inglês em caso de necessidade.

Assim, a solução final apresentava três linhas sucessivas de defesa a Norte do Tejo: a 1.ª linha, com cerca de 46 quilómetros, começava na margem direita do rio Tejo, na zona de Alhandra, e terminava na foz do rio Sizandro, na costa oeste; a 2.ª linha, com cerca de 40 quilómetros, começava também junto ao Tejo, a norte da Póvoa de Santa Iria, atravessava Montachique e Mafra, e terminava na zona da Ericeira, na foz do rio Safarujó; a 3.ª linha, com uma extensão aproximada de 3 quilómetros, circundava o Forte de São Julião da Barra, em Oeiras, ligando Paço de Arcos a Carcavelos, e destinava-se, sobretudo, a proteger uma eventual retirada forçada das tropas inglesas.

A sul do Tejo implantaram-se mais duas linhas defensivas: a 4.ª linha, com cerca de 7 quilómetros de extensão, que se localizava entre Almada e a Costa da Caparica,

destinava-se a proteger a capital de uma invasão vinda por mar; e a 5.^a linha, que era constituída por sete redutos e se implantava em redor de Setúbal.

As duas principais linhas pretendiam, sobretudo, evitar o acesso a Lisboa através das vias que as atravessavam e por onde as tropas poderiam avançar: as estradas que ligavam Torres Vedras a Mafra e a Montachique, a estrada de Sobral para Bucelas, e a estrada real ao longo da margem do Tejo que passava em Alhandra. Pelas características acidentadas do terreno seria muito difícil a passagem da artilharia, ou mesmo da cavalaria, por outros locais.

A proposta de classificação que deu origem a este atlas apenas engloba obras militares das 1.^a e 2.^a linhas defensivas.

CARTA n.º 4 – Distritos militares

Para facilitar a organização da informação sobre os fortes, bem como a sua operacionalidade, Wellington numerou-os no sentido do mar para o rio, na 1.^a linha defensiva, e do rio para o mar, na 2.^a linha.

Para facilitar a ocupação do ponto de vista logístico, foi também criada uma divisão por distritos militares, inicialmente seis, que, após a finalização das obras, passam a ser oito, cada um com o seu comando militar: quatro na 1.^a linha, três na 2.^a linha, e o Distrito de Oeiras (não incluído neste atlas), que corresponde à 3.^a linha.

A 1.^a linha encontrava-se guarnecida por 18.683 homens e 319 peças de artilharia:

- Distrito n.º 1 — desde a posição n.º 1, junto ao rio Tejo, até ao forte n.º 11, em Alhandra, sobre a Estrada da Arruda, inclusive; comportava 6.280 soldados e 96 peças de artilharia;
- Distrito n.º 2 — desde o forte n.º 12, na escarpa rochosa sobre a Estrada da Arruda, até à posição n.º 152, à esquerda do Sobral de Monte Agraço; era guarnecido por 3.090 soldados e 55 bocas-de-fogo;
- Distrito n.º 3 — entre o reduto n.º 151, na zona da Patameira, e o reduto sul da Enxara dos Cavaleiros n.º 29; tinha uma guarnição de 1.900 homens e 24 peças de fogo;
- Distrito n.º 4 — do Forte Novo da Ordasqueira n.º 149, sobre Matacães, à esquerda do desfiladeiro de Runa, até à posição n.º 113, junto ao mar, na foz do rio Sizandro; contava com 7.413 soldados e 144 peças de artilharia.

A 2.^a linha era guarnecida por 15.442 homens e 215 bocas-de-fogo:

- Distrito n.º 5 — desde o reduto n.º 33, junto à margem do rio Tejo, próximo de Alverca, ao desfiladeiro de Bucelas, reduto n.º 19; era guarnecido por 3.502 soldados e 72 bocas-de-fogo;
- Distrito n.º 6 — do desfiladeiro do Freixial, onde se localizava a bateria n.º 49, até ao reduto n.º 73, à direita do desfiladeiro de Mafra; este distrito era defendido por 5.640 homens e 73 peças de artilharia;

- Distrito n.º 7 — do Forte do Casal da Pedra n.º 74, no desfiladeiro de Mafra, até ao reduto de São Julião da Ericeira n.º 97, junto ao mar; comportava 6.300 soldados e 70 peças de fogo.

A 3.ª linha, constituída apenas por um distrito, tinha 5.350 soldados e 94 peças de artilharia:

- Distrito de Oeiras — estende-se desde a fortificação principal do Alto do Algueirão n.º 98, onde atualmente se localizam as instalações da NATO, até à posição n.º 110, à direita do Forte de São João das Maias.

CARTA n.º 5 – Tipologia das estruturas construídas

A construção das obras militares que constituem as Linhas de Torres iniciou-se no dia 3 de novembro de 1809, pelo Forte de São Julião da Ericeira (obra n.º 97). Seguiram-se, no dia 4 e 8 do mesmo mês, respetivamente, as obras do Forte do Alqueidão n.º 14, no Sobral de Monte Agraço, e do Forte de São Vicente, redutos n.º 20, 21 e 22, em Torres Vedras.

Entre novembro de 1809 e setembro de 1810 (em apenas 10 meses) foram construídos 126 redutos, tendo alguns dos restantes fortes sido concluídos já após a retirada dos franceses (não se sabia se voltariam a invadir o território nacional).

Estas obras militares, fortes e redutos, geralmente de perímetro poligonal convexo, foram construídas segundo o novo sistema de fortificação proposto pelo marquês de Montalembert, engenheiro militar francês da segunda metade do século XVIII que reformou em grande parte o conceito da fortificação abaluartada. Esta forma geométrica permitia a introdução de um maior número de peças de artilharia em cada construção. Algumas destas obras apresentam mesmo um traçado em forma de estrela (polígono côncavo), ostentando, assim, um maior número de lados. Os fortes e/ou redutos, num total de 152, apoiavam-se mutuamente, podendo fazer fogo cruzado.

Cada uma destas obras militares encontrava-se adaptada à configuração do terreno e diferenciava-se quanto à sua dimensão, à sua forma (variação do número de lados do polígono) e ao seu poder de fogo. Construídos em terra e/ou em alvenaria de pedra os redutos apresentavam parapeitos de 5 pés de altura (cerca de 1,50 metros) e banquetas, eram rodeados por um fosso com 15 pés de largura (cerca de 4,50 metros) e 10 pés de profundidade (cerca de 3 metros) e eram protegidos por paliçadas, encontrando-se ainda reforçados por pedras, troncos e trincheiras.

Para além dos redutos (frequentemente denominados por fortes), foram construídas baterias e escarpamentos no terreno, constituindo duas linhas de defesa entre o rio Tejo e a costa atlântica. Neste contexto, as baterias eram constituídas por plataformas, geralmente com um parapeito para utilização de artilharia ligeira; os escarpamentos foram erigidos nas cristas de zonas de grande declive, acentuado o relevo e contribuindo para a intransponibilidade do local.

O Castelo de Torres Vedras, por se encontrar numa posição estratégica, foi também integrado na 1.ª linha defensiva.

De 1811 a 1812 construiu-se, ainda, uma série de estradas militares que ligavam todas estas estruturas, facilitando as comunicações entre si e garantindo a circulação das tropas e da artilharia, assim como o fornecimento de materiais e o abastecimento de água e mantimentos às tropas. Até 1814, estas vias foram sendo consolidadas, calcetadas e terminadas por fases.

CARTA n.º 6 – Altitude de implantação

As obras militares, fortes, redutos e baterias, das linhas defensivas apoiavam-se mutuamente e foram construídas em locais estratégicos — coroando todos os acidentes geográficos taticamente dominantes —, que permitiam atingir belicamente a totalidade das vias que pudessem permitir o acesso do inimigo, quer fossem estradas, desfiladeiros ou cursos de água. A construção destas obras militares permitiu, assim, reforçar os obstáculos naturais já existentes.

Para além destas construções foram também executados vários trabalhos para dificultar a investida francesa, desde escarpamentos, represamento de cursos de água, alagamento de planícies, bloqueamento de estradas, destruição de pontes, até à política da “terra queimada”, com a destruição de campos agrícolas e de todos os equipamentos que pudessem ser úteis ao invasor.

CARTA n.º 7 – Postos de sinais

Para além da possibilidade de comunicação entre os redutos através das estradas militares construídas para esse efeito, foi implementado um sistema de comunicações telegráficas, que permitia a transmissão de mensagens gráficas a partir de códigos.

Este sistema, criado especificamente para as Linhas de Torres, foi concebido pelo almirante Berkeley a pedido de Wellington, tendo como base o código naval da Royal Navy, *Popham*. Este código, desenvolvido em 1803 pelo almirante Sir Home Riggs Popham, comandante da marinha inglesa, consistia num sistema de sinais de bandeiras em código, tendo sido adaptado para um sistema de mastros em madeira, com esferas içadas por cordas.

O sistema de telégrafo das Linhas de Torres era constituído por onze postos principais de sinalização, erigidos nas cotas mais altas. Este serviço ficou sob a direção do tenente Leith, da Royal Navy. A estação telegráfica central, instalada na serra do Socorro, enviava as ordens para os fortes dos Sinais n.º 118, do Alqueidão n.º 14, da Archeira n.º 128, de São Vicente reduto n.º 21, do Grilo n.º 30, da 1.ª linha de defesa; para os fortes de Sonível n.º 76, da Serra do Chipre n.º 80 e de São Julião n.º 97, da 2.ª linha; e ainda para dois postos sem redutos, o Cabeço de Montachique e a Serra de Serves.

A comunicação feita através destes postos de sinais permitia a rápida disseminação de informações e das ordens de comando, estimando-se que uma mensagem transmitida desde o quartel-general de Wellington, em Pero Negro, pudesse chegar a todas as posições das linhas em menos de uma hora.

CARTA n.º 8 – Guarnição e CARTA n.º 9 – Peças de Artilharia

O exército português teria cerca de 57 mil homens de 1.ª linha, organizados em brigadas independentes ou integradas nas divisões inglesas, pouco mais de 50 mil milícias organizadas em 53 regimentos de 2.ª linha e cerca de 70 mil ordenanças de 3.ª linha. O exército inglês dispunha de cerca de 25 mil homens, dos quais 18 mil de infantaria e 3.200 de cavalaria.

Wellington optou por juntar unidades inglesas e portuguesas, havendo em cada uma oficiais de ambas as nacionalidades, o que permitia um bom entendimento da linguagem, das táticas e das metodologias utilizadas.

Quando o general Massena chegou às Linhas de Torres já se encontravam concluídos 126 redutos (construídos entre novembro de 1809 e setembro de 1810), artilhados com 397 peças; as restantes obras foram concluídas até 1812.

O número de homens da guarnição e as respetivas peças de artilharia estavam diretamente relacionados com a importância estratégica de cada forte e as suas dimensões.

Os redutos tinham, de um modo geral, uma guarnição de duzentos a quatrocentos homens e entre duas e seis peças de artilharia. Mas o Forte de São Vicente, em Torres Vedras, sendo composto pela articulação dos redutos n.º 20, 21 e 22, destacava-se pela sua capacidade para 1.720 soldados e 26 bocas-de-fogo, assim como o Forte do Alqueidão, no Sobral de Monte Agraço, que tinha capacidade para 25 peças de artilharia e era defendido por 1.590 homens.

Os redutos das duas primeiras linhas foram guarnecidos com tropas portuguesas de 2.ª linha, de infantaria e de artilharia, e com alguns artilheiros britânicos; a 3.ª linha foi guarnecida com fuzileiros navais britânicos. Na maioria dos redutos, a guarnição era complementada por elementos da infantaria e por reservistas portugueses.

Na 1.ª Linha Defensiva encontravam-se posicionadas duas divisões comandadas pelo general Hill, na zona de Alhandra; no centro da linha, encontravam-se o marechal Wellington, com três divisões e com quartel-general em Pero Negro, e o marechal Beresford, com quartel-general em Sobral de Monte Agraço; na zona de Torres Vedras estava o general Picton; em Enxara de Cavaleiros, o general La Romana, com duas divisões espanholas; e em Runa o barão Eben, com a Leal Legião Lusitana.

A artilharia dos redutos era composta por peças de calibre 12, 9 e 6 e obuses de 5 ½ (o calibre era o peso da bala em libras, utilizado na época), e excepcionalmente, na 3.ª linha, existiam peças de calibres 20 e 24.

Houve variado equipamento trazido de Inglaterra, tais como armas, fardamento e material cirúrgico, mas as peças de artilharia das fortificações foram fornecidas pelos arsenais portugueses.

A 1.^a e a 2.^a linhas perfaziam na totalidade 152 redutos e baterias, para além de outras estruturas construídas para o efeito, como as estradas militares e os escarpamentos. Estas fortificações comportavam, na sua plenitude, 34.125 soldados (18.683 na 1.^a linha e 15.442 na 2.^a linha) e 534 peças de artilharia (319 na 1.^a linha e 215 na 2.^a linha).

As baterias, ao contrário dos redutos, não tinham guarnição fixa nem artilharia pesada, eram ocupadas conforme a necessidade e serviam sobretudo para tiro de mosquete. Os atiradores dispunham de carabinas *Baker* e de mosquetes *Brown Bess*.

6. FONTES

CARTOGRAFIA

Agência Portuguesa do Ambiente: tema da hipsometria do Atlas do Ambiente.

URL: <http://sniamb.apambiente.pt/webatlas/>

Direção-Geral do Território: Temas de Informação Geográfica da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP 2009) e o *Web Map Service* com o tema de informação geográfica dos Ortofotomapas.

URL: <http://mapas.igeo.pt/> (último acesso em 25 de Novembro de 2010)

BIBLIOGRAFIA

BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) — *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, vol. 3;

CARTA Arqueológica do Município de Loures. Loures: Câmara Municipal de Loures, 2000;

EXÉRCITO Português: Direção de Infraestruturas/Gabinete de Estudos de Arqueologia e Engenharia Militar: Projeto SIDCARTA — Sistema de Informação para Documentação Cartográfica: o Espólio da Engenharia Militar Portuguesa, URL: www.am.exercito.pt

GUIA da Rota Histórica das Linhas de Torres. Torres Vedras: PILT, nov. 2011;

MELÍCIAS, André Filipe Vitor — *As Linhas de Torres Vedras*,

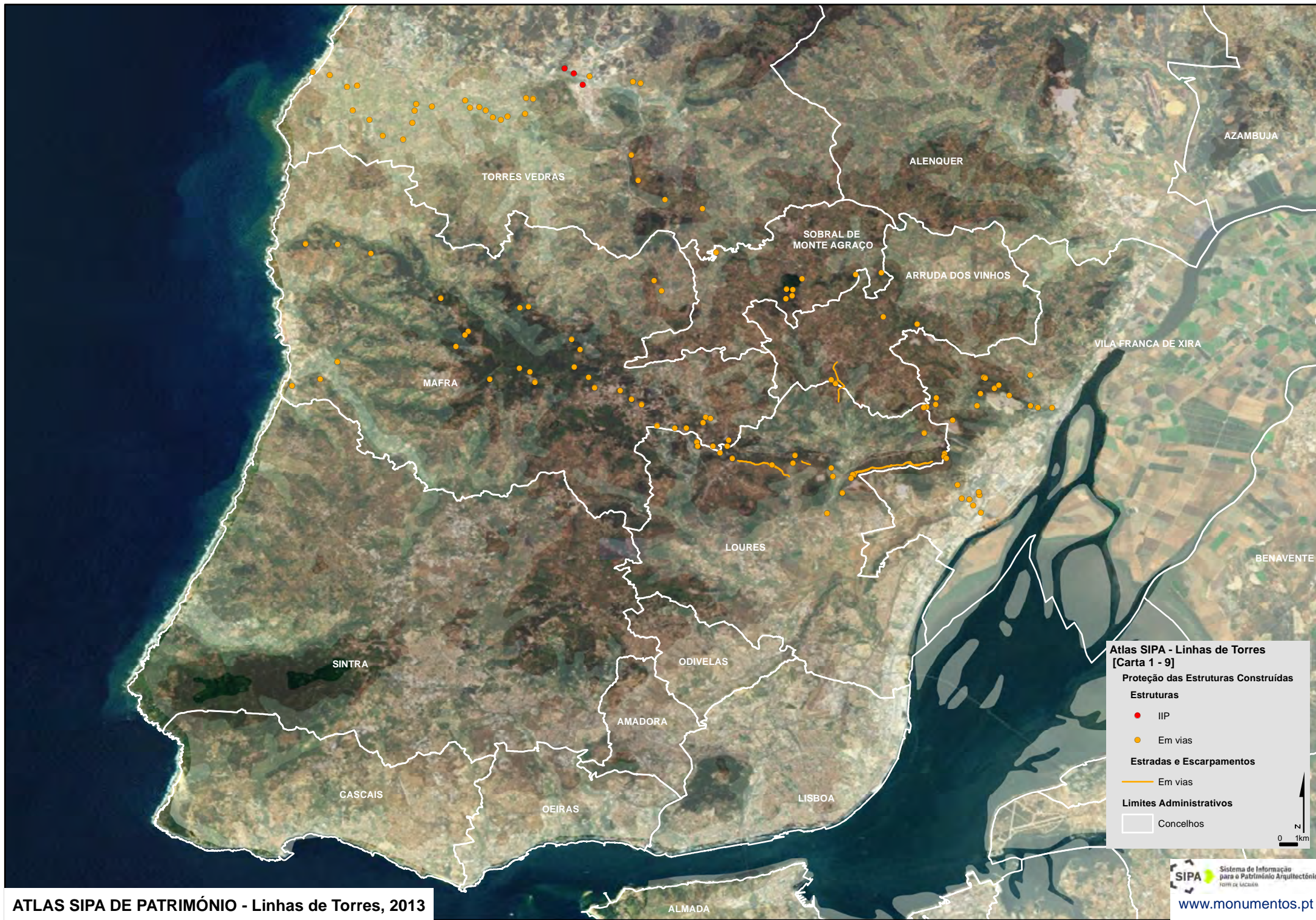
Construção e Impactos Locais. Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras e Livro do Dia Editores, 2008;

MONTEIRO, Miguel Corrêa (coord.) — *As Linhas de Torres Vedras: um Sistema Defensivo a Norte de Lisboa*. Torres Vedras: PILT, 2011;

NORRIS, A. H., BREMNER, R. W. — *As Linhas de Torres Vedras, as Três Primeiras Linhas e as Fortificações ao Sul do Tejo*. Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras; Museu Municipal Leonel Trindade; British Historical Society de Portugal, out. 2001;

SIDCARTA - Sistema de Informação para Documentação Cartográfica: o Espólio da Engenharia Militar Portuguesa, Exército Português: Direção de Infraestruturas/Gabinete de Estudos de Arqueologia e Engenharia Militar, www.am.exercito.pt;

SILVA, Carlos Guardado da (coord.) — *As Linhas de Torres Vedras. XII Encontro Turrets Veteras: as Linhas de Torres Vedras*. Lisboa: Colibri; Universidade de Lisboa; Torres Vedras: Município de Torres Vedras, 2010.



Atlas SIPA - Linhas de Torres
[Carta 1 - 9]

Proteção das Estruturas Construídas

Estruturas

- IIP
- Em vias

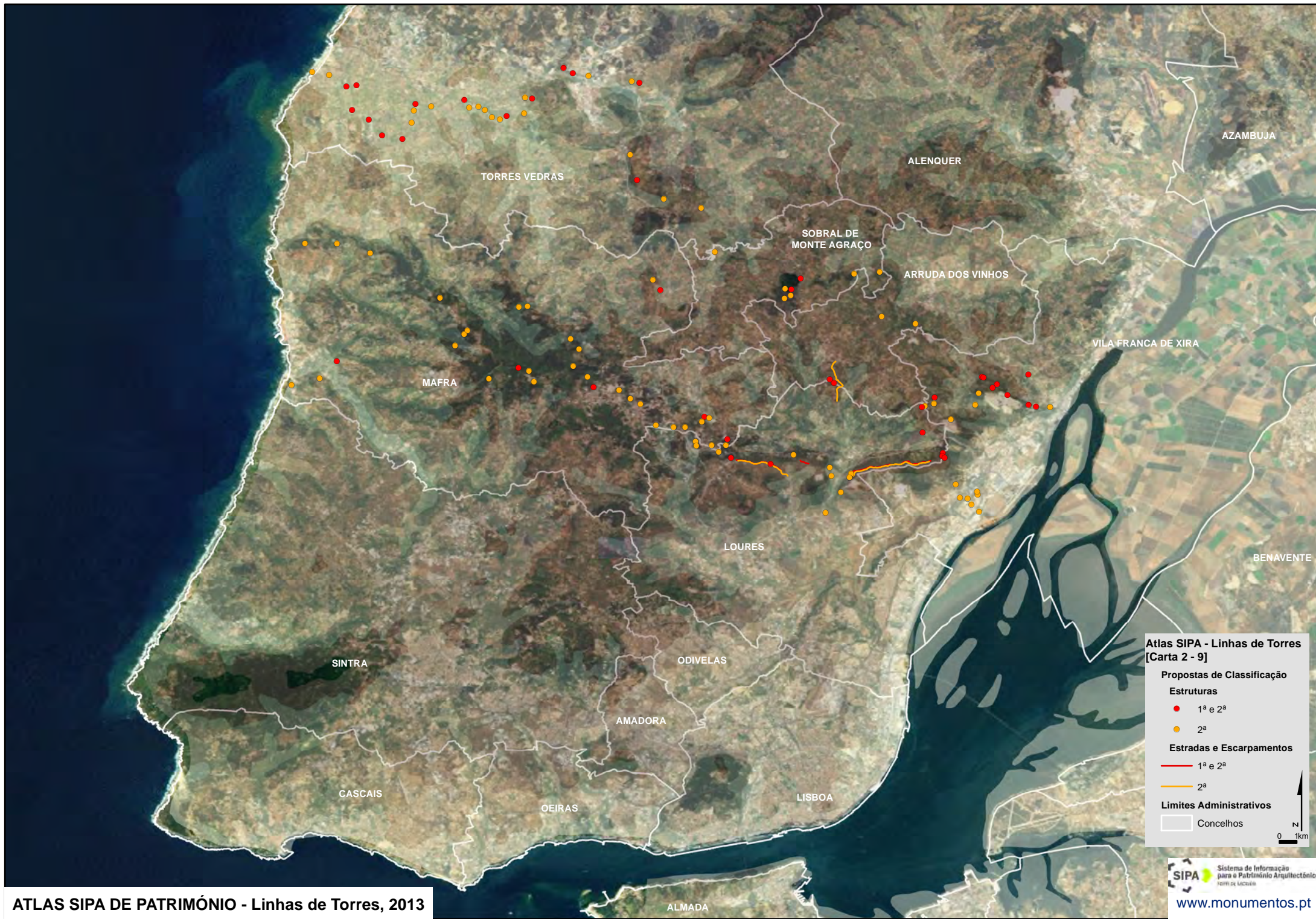
Estradas e Escarpamentos

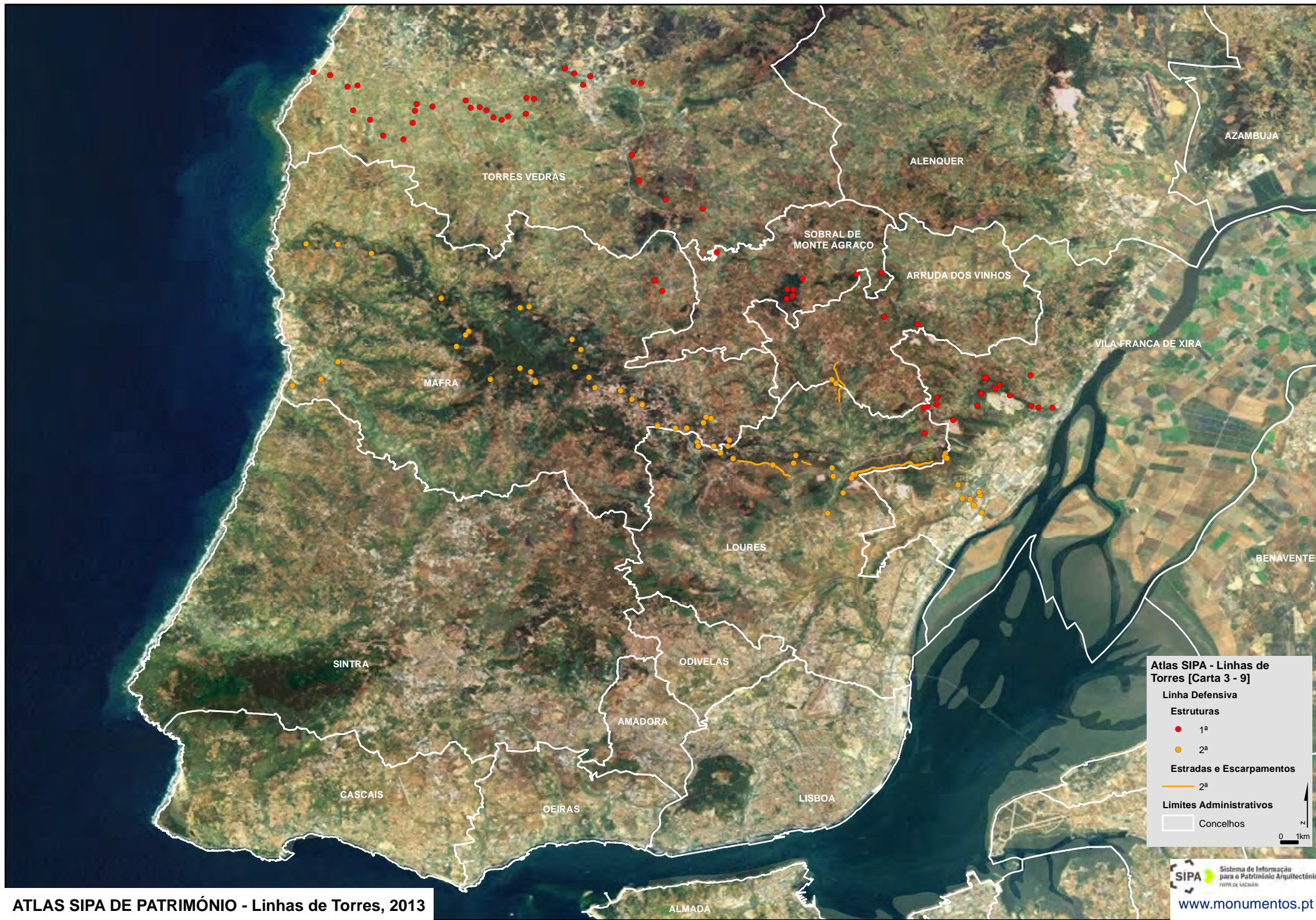
- Em vias

Limites Administrativos

- Concelhos

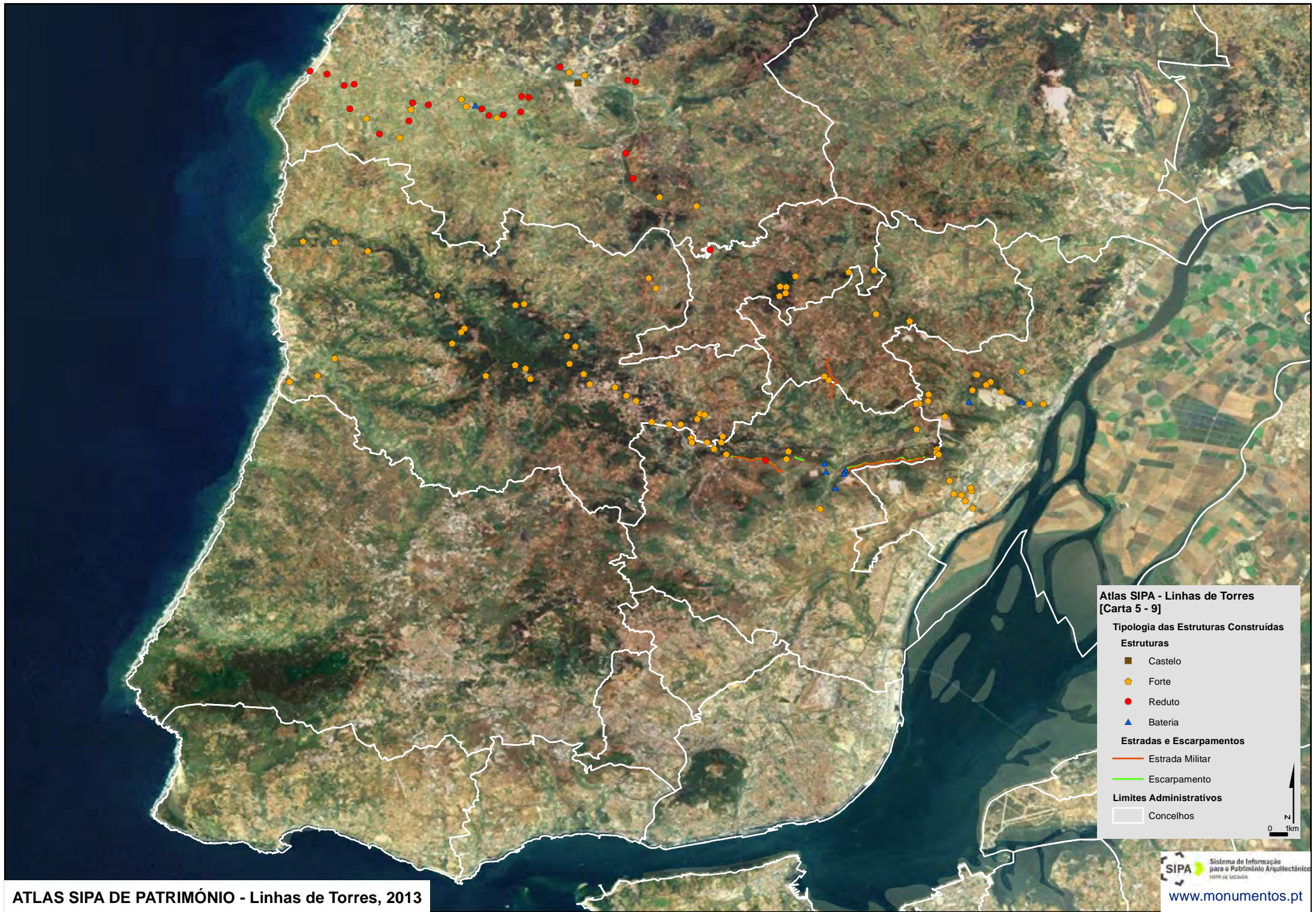






ATLAS SIPA DE PATRIMÓNIO - Linhas de Torres, 2013





Atlas SIPA - Linhas de Torres
[Carta 5 - 9]

Tipologia das Estruturas Construídas

Estruturas

- Castelo
- ⬠ Forte
- Reduto
- ▲ Bateria

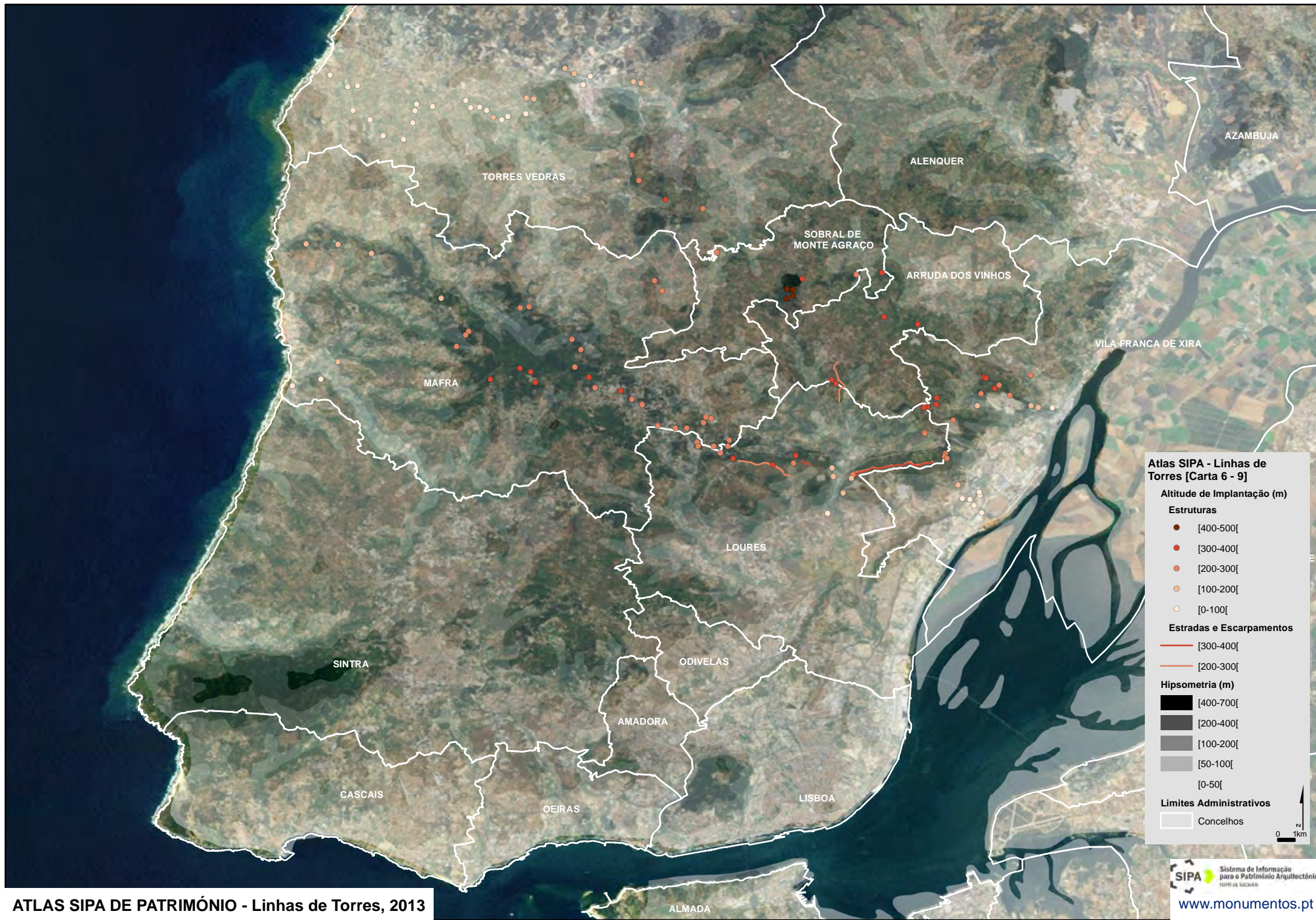
Estradas e Escarpamentos

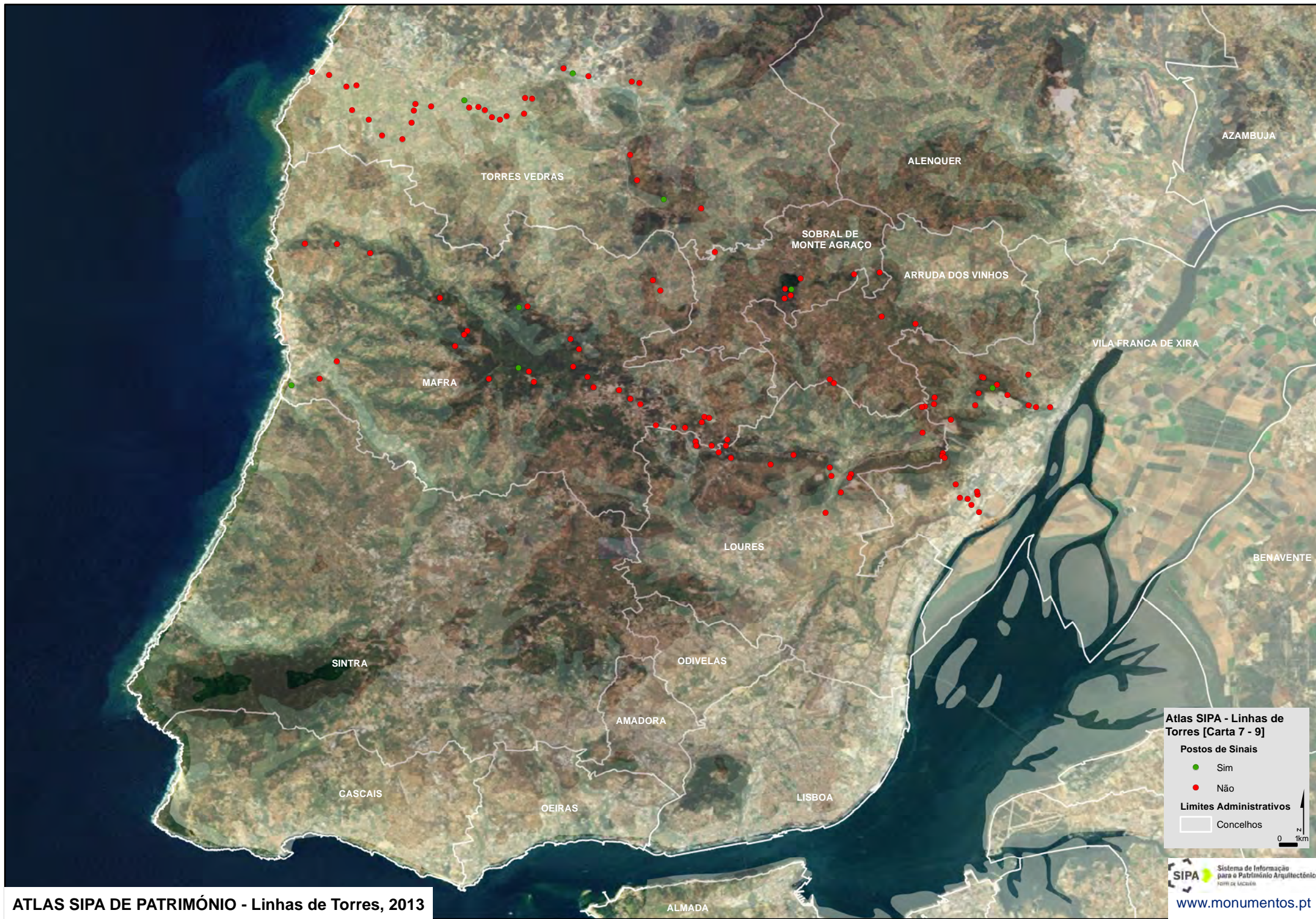
- Estrada Militar
- Escarpamento

Limites Administrativos

- Concelhos







- Sim
- Não

- Concelhos



ATLAS SIPA DE PATRIMÓNIO - Linhas de Torres, 2013



ATLAS SIPA DE PATRIMÓNIO - Linhas de Torres, 2013